



PROVA MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - DIPLOMATA

QUESTÕES DE NOÇÕES DE HISTÓRIA DO BRASIL

As questões de História do Brasil de 2018 deixam transparecer certo receio em, eventualmente, ferir suscetibilidades em relação ao atual momento que atravessa o país, priorizando o período colonial e o Império, em detrimento do Brasil República.

Há certo conservadorismo nas afirmações das questões, como a que diz que Geisel procurou coibir a prática de tortura, o que não se sustenta diante dos últimos achados documentais, considerada certa no gabarito preliminar.

O nível das questões pode ser considerado intermediário, tanto em razão do detalhamento de alguns acontecimentos históricos quanto por problemas de redação e de interpretação.

Como ponto positivo, a inclusão de temas de História das Relações Internacionais, mesmo em questões que tratavam dos séculos XVI ao XVIII ou XIX.

Foram levantados possíveis recursos em divergências factuais ou de interpretação, assinalados em negrito, com maior ou menor fundamentação.

QUESTÃO NÚMERO 44

COMENTÁRIO:

E C E E

Item 1. A questão versa sobre as “características básicas da produção brasileira no período colonial”, sendo que o item afirma que o latifúndio era autossuficiente e que “a produção gerava excedentes que propiciavam um vigoroso comércio entre as capitâncias, uma contradição evidente. O latifúndio dependia do abastecimento de alimentos e manufaturados, além de o comércio entre as capitâncias, quando existia, ser inexpressivo, posto que a produção era voltada para a exportação.”

Item 2. O item contém informações básicas sobre a economia colonial brasileira: monocultura agroexportadora, predomínio do latifúndio da terra e do trabalho escravo, tanto de indígenas quanto de africanos. O historiador John Monteiro abordou o tema da escravidão indígena em São Paulo, incluindo a lavoura canavieira.

Item 3. A primeira oração do item entra com contradição flagrante com as características apresentadas no item anterior. No período abordado, não predominava a “pluricultura de produtos” e sim a monocultura do açúcar ou do outro, ao lado de outros produtos que não invalidam a ideia da especialização econômica.



Item 4. Há erro evidente em afirmar que “a posse da terra era concedida exclusivamente a proprietários de pequeno e médio porte”, assim como considerar que a produção manufatureira livre se destinava à venda por comerciantes portugueses na Europa. O uso de um advérbio tão forte como “exclusivamente” sugere que dificilmente o item poderia estar certo.

QUESTÃO NÚMERO 45

COMENTÁRIO:

C C (?) C (?) E

Item 1. A questão trata da organização administrativa do Brasil, que funcionava de forma precária, e aborda as causas dessa precariedade. O item em questão cita a “lentidão das comunicações” e a “falta de aparato humano burocrático”, que dificultava o controle da população e a observância estrita das leis.

Item 2. Gabaritado como certo, **o item pode se contestado, pois abrange todo o período colonial, quando o território brasileiro foi disputado por ingleses, franceses e, principalmente, holandeses, que ocuparam Pernambuco e adjacências entre 1621 e 1648.** Ademais, há erro em afirmar que a unidade territorial brasileira era “consensual e geograficamente constatável”, pois diversos tratados assinados principalmente por Portugal e Espanha, atestam a existência de controvérsias quanto aos limites entre as duas áreas de dominação, em especial o Tratado de Madri (1759), o Convênio El Pardo (1761), o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1806). Não obstante, caso tivesse sido feita menção comparativa à América hispânica, o item poderia ser considerado correto.

Item 3. Diante das dificuldades em administrar o Brasil, considerando as precariedades locais na área da administração, a solução foi a crescente centralização e a busca de grande número de informações. Textualmente, o item afirma que “de tudo se queria saber em Lisboa e por tudo se interessavam o Conselho Ultramarino e a Corte”, **o que pode suscitar recursos, pois se trata de interpretação hiperbólica: realmente se queria saber de tudo em Lisboa? E por tudo se interessavam o Conselho Ultramarino e a Corte? Tudo o quê?**

Item 4. A adoção do sistema de capitaniias, na década de 1530, foi uma demonstração de que D. João III necessitava do auxílio de donatários para promover a colonização, o que se deu por meio da distribuição de sesmarias, o que predomínio de latifúndios como base do sistema colonial.

QUESTÃO NÚMERO 46

COMENTÁRIO:

C E E C



Item 1. Em 1808, após assinar a Carta Régia da abertura dos portos às nações amigas e fundar a Escola de Cirurgia da Bahia, D. João dirigi-se de Salvador ao Rio de Janeiro, onde estabeleceu a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra, revogou o Alvará de 1785 que proibia manufaturas no Brasil e declarou guerra à França. Ademais, criou a Imprensa Régia, o Erário Régio, o primeiro Banco do Brasil e outras instituições como o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação, o Jardim Botânico, a Academia Real de Belas Artes, a Real Academia Militar e a Academia Real dos Guardas-Marinha.

Item 2. Há na historiografia vasta discussão sobre o surgimento da “consciência de ser brasileiro”, tema difuso e de difícil delimitação. O item, porém, menciona que este sentimento esteve presente desde cedo na cultura política e na identidade da sociedade brasileira, afirmação sobre a qual não há consenso, e que teria se manifestado “nas sedições nativistas da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana”, que estariam na base da luta pela independência do Brasil. Na verdade, a literatura tradicional considera ambos os movimentos emancipacionistas e não nativistas, assim como movimentos essencialmente locais ou regionais e não nacionais propriamente ditos.

Item 3. Foi no período joanino que ocorreu o Congresso de Viena, em 1815, no qual as potências europeias trataram, entre outros assuntos, da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves. Entretanto, ao vincular a elevação do “status colonial do Brasil” à “revogação de atos que proibiam o estabelecimento de indústrias e manufaturas na América portuguesa e com a criação de tribunais semelhantes aos sediados em Lisboa” ambos ocorridos em 1808, tornou o item errado.

Item 4. Como mencionado no comentário do item 1 desta mesma questão, em 1808 foram criadas, entre outras instituições, o Jardim Botânico e o Banco do Brasil. Quanto à menção das espécies destinadas ao primeiro, provenientes da Índia, Ilhas Maurício e Guiana Francesa, seria descabido invalidar o item por tais detalhes, a despeito de Portugal, à época, estar em conflito com a França.

QUESTÃO NÚMERO 47

COMENTÁRIO:

C C C (?) E (?)

Item 1. A questão trata do período da Era Vargas (1930-1931), que em seu primeiro ano já destinou recursos para a compra de excessentes de café para a sustentação do preço internacional do produto. Em 1929, no governo de seu antecessor, Washington Luis, não foi possível manter a política de valorização do café, em razão da recessão nos mercados compradores. Quanto à primeira oração do item, com efeito, a Aliança Liberal, da qual fazia parte Getúlio Vargas, se alinhou com setores urbanos de inspiração liberal, com os tenentes e teve o apoio dos chamados “tenentes civis”.

Item 2. O Estado Novo, implantado com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, instaurou um governo centralizador e autoritário no país, inspirado no corporativismo italiano, e de fato suprimiu a autonomia dos estados, atribuiu ao presidente poderes para dissolver os legislativos, restringiu a liberdade de



imprensa, extinguiu os partidos políticos e, no campo econômico, suspendeu o pagamento da dívida externa.

Item 3. A Lei Agamenon, o novo Código Eleitoral de 1945, convocou as primeiras eleições livres do Brasil, com a autorização para o funcionamento dos partidos políticos e o pleito direto para a presidência da República. Entretanto, o item pode ser considerado errado ao afirmar que a lei é a consolidação de um processo iniciado em 1930, sem considerar os contratempos, mediações e rupturas ocorridas nos quinze anos da Era Vargas – sugerindo, nas entrelinhas, certa continuidade do processo político brasileiro – e ao afirmar que consolidou definitivamente um processo político que não se encerra com a referida Lei, pois as tendências políticas construídas durante o Estado Novo continuaram a se estruturar após a redemocratização.

Item 4. O item está errado porque afirma que Vargas ocupou o posto de Presidente em 1950, como candidato eleito [sic], sendo que sua posse ocorreu a 31 de janeiro de 1951. Quanto à segunda frase, o item destaca um dos aspectos mais relevantes das eleições de 1950 e do novo período de Vargas na presidência da República: a força da herança da legislação trabalhista e do próprio PTB, o que lhe rendeu o apoio “dos trabalhadores e de suas entidades representativas”, conforme descrito pelo historiador Moniz Bandeira (*Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, 2^a ed).

QUESTÃO NÚMERO 48

COMENTÁRIO:

E C C (?) E

Item 1. O tema da questão é o Brasil da segunda metade do século XX e o item refere-se à atuação da União Democrática Nacional (UDN), partido de ideologia liberal e anti-varguista. O item é errado porque afirma que a UDN defendia a liderança exclusiva da iniciativa privada no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que passou a apoiar Getúlio Vargas em razão de estar à frente de “diversas pastas ministeriais”, e que se recusou a “subscrever a proposta de seu *impeachment*”. Na verdade, a UDN se opôs sistematicamente ao governo Vargas, sendo que uma de suas “alas”, a Banda de Música, se especializou em denúncias de corrupção na administração pública; propugnou veementemente pela deposição do Presidente; e defendeu não só a criação da Petrobrás, como o monopólio estatal do setor, também para se colocar contra o varguismo.

Item 2. Jânio Quadros, ao herdar o endividamento externo e inflação dos anos JK adotou uma política econômica austera, de viés liberal na maior parte de seu breve período de governo. Excêntrico e histriônico, não só proibiu o uso de trajes de banho feminino em concursos de beleza e desfiles, como também se ocupou de coibir a rinha de galos. Uma das iniciativas mais controversas, que levou Carlos Lacerda a intensificar as críticas ao governo, foi a condecoração de Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, alta comenda brasileira.



Item 3. O erro do item está em afirmar que o governo do general Geisel procurou coibir a prática de tortura e que manteve leis como o AI-5. Recentemente foram divulgados documentos do Departamento de Estado norte-americano, que comprovaram a aquiescência de Geisel diante da tortura e mesmo o ordenamento de execuções, crimes levantados anteriormente pela Comissão da Verdade. E quanto à referência ao AI-5, o decreto foi extinto em 1978, ainda em seu governo.

Item 4. Ao contrário do que afirma o item, a cidadania substantiva no Estado brasileiro não foi estabelecida a partir de 1985, com a eleição de Tancredo Neves, mesmo porque Tancredo não exerceu o cargo em razão de doença e morte entre a eleição e a posse. Parte significativa da historiografia, como o britânico Leslie Bethell, sustenta que a “cidadania substantiva” foi adotada no país somente com a Constituição de 1988, quando da extensão do direito de voto aos não alfabetizados.

QUESTÃO NÚMERO 49

COMENTÁRIO:

C E E (?) E

Item 1. Item de natureza factual, não condizente com o que se espera, em termos de competências e habilidades, de futuros diplomatas, é correto e, provavelmente, sua inclusão se deu em razão de ter significado no plano internacional da época, o que permite à historiografia falar de colônias lusas na América, no plural.

Item 2. Tema recorrente e relevante na seleção do CACD, trata dos efeitos da Guerra de Sucessão Espanhola para as disputas territoriais entre Portugal e Espanha na América do Sul. Alexandre de Gusmão, que dá nome à Fundação de apoio do MRE, Funag, é considerado o principal negociador luso-brasileiro nas tratativas que resultaram no Tratado de Madri. Porém, Gusmão não defendia a “cedência da Colônia de Sacramento” e sim o princípio de compensações, ou seja, a cessão de Sacramento deveria ter como contrapartida a incorporação dos Sete Povos das Missões ao território português. Ademais, Gusmão foi defensor incansável do princípio da posse útil da terra (*uti possidetis*).

Item 3. Efetivamente as capitâncias brasileiras tratavam de temas político-administrativos e econômicos diretamente com Portugal na maior parte do período colonial, em razão da vastidão do território do Brasil colônia, dada a precariedade dos transportes e das comunicações. Porém, no texto do item, há uma afirmação errada que é a “ausência de rotas comerciais internas na América Portuguesa”. É exemplo a atividade pecuária, seja ao longo do rio São Francisco, seja na região sul da Colônia, que abasteciam a economia de exportação com víveres e utensílios, ou seja, rotas comerciais que nos dias de hoje são visitadas, em muitos casos, até por turistas.



Item 4. O item é errado, pois embora na negociação do Tratado de Utrecht a França desistiu de suas pretensões às terras do Cabo Norte e o Rio Oiapoque passou a ser a fronteira entre Brasil e França, posteriormente ocorreram escaramuças posteriores na região e o tema da fronteira voltou a ser tratado no século XVIII e no seguinte.

QUESTÃO NÚMERO 50

COMENTÁRIO:

C (?) E C C

Item 1. Embora gabaritado, preliminarmente, como certo, o item apresenta um problema de interpretação. Diferentemente do que afirma o item, a Convenção bilateral de Portugal com a Grã-Bretanha, que estabeleceu a abolição do tráfico ao norte do Equador, pode ser tomada como um instrumento da resistência da Corte portuguesa diante das pressões para sua extinção em todos os mares. Ademais, em Viena, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, o que, juridicamente encerrava a condição colonial do Brasil. Tais medidas não teriam ocorrido, portanto, em detrimento do Brasil. [Fonte: BUENO, C.; CERVO, A. L. História da política exterior do Brasil. Brasília: EdUnB, 2015, 5^a ed.]

Item 2. O item apresenta afirmações corretas sobre o Vintismo, a Revolução do Porto e a Constituinte, entretanto, nessa época não havia mais a divisão em Estado do Brasil e Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Item 3. As informações apresentadas no item sobre o caráter violento da independência do Brasil são certas, assim como a interpretação de que os conflitos do período regencial demonstraram a fragilidade do projeto de independência, pois ideias autonomistas e separatistas estiveram presentes nesses movimentos, principalmente no movimento farroupilha.

Item 4. Entre as primeiras propostas de transferência da Corte portuguesa para o Brasil, pode-se citar a do duque de Alba, elaborada no contexto da crise de sucessão de 1580, que aconselhava D. António I a buscar um refúgio além-Atlântico a do padre Antônio Vieira, no mesmo sentido, formulada à época da Restauração da Independência, em 1640; e posteriormente, ainda que sem ameaça militar iminente, a proposição do diplomata Luís da Cunha, que defendeu a ideia de se transferir para o Brasil a sede da monarquia portuguesa.

QUESTÃO NÚMERO 51

COMENTÁRIO:

E C (?) C E



Item 1. Considerada uma explosão popular contra a opressão, a Cabanagem foi um movimento popular, que contou com a participação de índios, caboclos e escravos, que se mobilizaram em várias áreas do rio Amazonas. O item está errado porque caracteriza o movimento como restrito em termos territoriais e a um pequeno número de populares.

Item 2. **Ao contrário do que afirma a primeira oração do item, a Constituição de 1824 foi criada para substituir o anteprojeto votado na Assembleia Constituinte de 1823 e não a partir dele, embora formalmente tenha sido contemplado. Dispositivos centrais na decisão de D. Pedro I de fechar a Assembleia Constituinte, como a adoção de três poderes e a não extensão de direitos políticos aos portugueses foram rechaçados. Ademais, houve resistência a essa Constituição imposta por D. Pedro em alguns estados, principalmente Pernambuco.**

Item 3. A política exterior do Império foi, de fato, contestada na Câmara dos Deputados, incluindo – como expresso no texto do item – o ônus da Guerra da Cisplatina, o envolvimento de D. Pedro I com a crise sucessória em Portugal e os termos dos tratados de amizade, que normalmente previam o direito de extraterritorialidade judicial, e os tratados comerciais, que favoreciam países estrangeiros.

Item 4. Interpretar a Regência como o período no qual as elites provinciais procuraram construir uma “monarquia federalista” não tem respaldo na literatura da área. O Código Criminal, o Código de Processo Criminal e o Ato Adicional de 1834 apresentavam mecanismos de descentralização do processo decisório nacional, mas não sugeriam a adoção do federalismo, provavelmente em razão do receio então existente quanto à possível fragmentação territorial.

QUESTÃO NÚMERO 52

COMENTÁRIO:

E C E C

Item 1. Ao contrário do que afirma o item, o tráfico de escravos para o Brasil passou a ser tipificado como ilegal a partir da Convenção com a Grã-Bretanha, firmada a 23 de novembro de 1826, que estabelecia o prazo de três anos – a partir da ratificação – para a cessação do tráfico negreiro, ou seja, março de 1830.

Item 2. O texto do item descreve o processo de aprovação da Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871, que não acabava com a escravidão, posto que garantia a liberdade somente os filhos de escravos nascidos a partir de então, mas contribuiu para o acirramento do debate sobre o fim deste regime de trabalho.

Item 3. O item está errado, pois o movimento abolicionista se fortalece a partir da década de 1850, em função da Lei Eusébio de Queiroz, que colocou fim ao tráfico de escravos, e estava em sintonia com movimentos semelhantes de outros países. Na base do movimento estava a ideia de modernização do país, de branqueamento da raça e, do ponto de vista jurídico, do direito natural à liberdade.



Item 4. A Geração de 1870, que se estruturou a partir da marginalização a que seus intelectuais foram relegados pela hegemonia saquarema, segundo argumento de Ângela Alonso, ao fortalecer a necessidade de reformas e propor a modernização do país, o que incluía a imigração europeia, acabou por incentivar determinadas ideias racistas, vinculadas à concepção de branqueamento da raça.

QUESTÃO NÚMERO 53

GABARITO PRELIMINAR: C

COMENTÁRIO:

C E E E

Item 1. O item resume o processo de consolidação da República oligárquica, a Primeira República, a partir da adoção da Política dos Governadores, segundo a qual a representação parlamentar de cada estado correspondia ao grupo estadual dominante e, em troca, as elites regionais apoiavam o governo federal, por meio do controle dos votos de seus “currais eleitorais” por parte dos “coronéis”.

Item 2. A chamada Era Vargas é período controverso na historiografia brasileira, principalmente em razão da legislação trabalhista inspirada no fascismo italiano, mas há certo consenso quanto ao sucesso das políticas econômicas do período, que teriam propiciado maior desenvolvimento econômico. A industrialização favoreceu o êxodo rural e o crescimento urbano, além de os trabalhadores valorizarem a legislação trabalhista.

Item 3. A colocação do Partido Comunista na ilegalidade foi uma decisão do governo Dutra, após o relativo sucesso do PCB nas eleições de 1945, e não uma decorrência da aproximação com os Estados Unidos, o que de fato ocorreu, ou uma derivação automática da Guerra Fria.

Item 4. O item está certo, ainda que descreva, em pouquíssimas linhas, um processo político amplo e complexo, incluindo a ideia de que a Ditadura Militar teve certa legitimidade, conquistada pela demonização dos adversários e por meio de uma aparente normalidade institucional, pautada nos atos institucionais e Constituição de 1967 e na Emenda de 1969.

QUESTÃO NÚMERO 54

COMENTÁRIO:

C C E E

Item 1. A chamada Guerra da Cisplatina teve em suas origens a decisão das Províncias Unidas do Prata – a República Argentina foi estabelecida somente com a Constituição de 1853 – de incorporar a Banda Oriental



(ou Cisplatina ou Uruguai) aos seus domínios. No Brasil, D. Pedro I sofreu muitas críticas em virtude do recrutamento forçado, das despesas do conflito e da desmoralização frente a um adversário supostamente mais fraco. **Entretanto, a afirmação “as forças dos adversários se equilibravam e a prolongação do conflito levou à intervenção da Inglaterra” pode ser contestada por Recurso**, pois além da força do termo intervenção, o principal da historiografia brasileira considera que o Reino Unido foi convidado pela Argentina e aceito pelo Brasil para mediar as negociações em busca da paz.

Item 2. Item factual, descreve de forma adequada os acontecimentos da Guerra do Paraguai, no ano de 1868, incluindo as vitórias militares aliadas nas batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas.

Item 3. O item afirma que o Brasil adotou posicionamento de neutralidade na Primeira Guerra Mundial, que enfrentou represálias por parte dos ingleses e que manteve o neutralismo até o final do conflito. Na verdade, após neutralidade inicial, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a Alemanha, devido ao ataque alemão ao navio mercante Paraná, na costa francesa. Mais tarde, reconheceu o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão, dando início à contribuição com o esforço dos aliados, incluindo o Reino Unido.

Item 4. A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial foi mais ampla do que o descrito no item, abrangendo a atuação da Força Aérea Brasileira (FAB) e o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Europa, com participação direta em combates ocorridos na Itália, além da cessão de áreas do Nordeste brasileiro para operações norte-americanas.